



Grupo Parlamentar

Intervenção do Deputado Sérgio Ferreira
no período legislativo de Fevereiro de 2006.

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo**

Dia 01 de Março próximo, se nada for dito em contrário, o aeroporto de Santa Maria passará a encerrar às 21.30h.

Será, sem dúvida, mais um passo no processo de desvalorização desta infra-estrutura.

Nos últimos 25 anos a perda de importância do Aeroporto de Santa Maria tem sido contínua e gradual e os marienses, infelizmente, pouco ou nada têm podido fazer para o impedir.

Apesar das muitas lutas e protestos levados a cabo pelo povo de Santa Maria, a verdade, é que as lógicas político-partidárias, por um lado, e as economicistas por outro, têm prevalecido, em detrimento do desenvolvimento e bem estar da nossa pequena ilha.

A se concretizar, este será um dos últimos passos que a empresa ANA, S.A. tomará no sentido de transformar este Aeroporto Internacional, num aeródromo.

Não sou daqueles que entende que o desenvolvimento da ilha passa pelo aeroporto, mas é preciso não esquecer que os



Grupo Parlamentar

postos de trabalho existentes e as mais valias por eles criadas, ainda são fundamentais para a frágil economia de Santa Maria.

Não existem Fundos de Coesão que sejam capazes de colmatar, a breve prazo, os prejuízos decorrentes das medidas que se querem tomar.

Está bem que a ANA,S.A diz que reabre o aeroporto quando houver solicitações, mas certamente não é a mesma coisa em termos operacionais ter um aeroporto em funcionamento e, ter um aeroporto fechado, sujeito a reaberturas.

Além disso, essas reaberturas para se efectuarem, representam um encargo adicional de cerca de 600 euros, facto que se para algumas companhias não é significativo, para outras, nomeadamente os pequenos operadores, inviabiliza as escalas neste aeroporto.

O que a ANA, S.A. quer com esta medida, não é, apesar das profissões de fé, fazer “...um ajuste técnico para adequar as condições de exploração às características da procura.”, é sim, num prazo mais ou menos curto proceder à redução dos postos de trabalho existentes.

Mais grave que isto tudo é que esta medida não aparece isolada, quase em simultâneo, as operações militares das Lajes começaram a fazer publicidade do aeroporto para escalas técnicas, apresentando como grande vantagem o facto de os reabastecimentos serem 15% mais baratos ali. Estranha coincidência!

Como estranho é o facto de o representante dos Açores na comissão Bilateral, ter efectuado um pedido para os



Grupo Parlamentar

americanos autorizarem a utilização da sua placa para o estacionamento de aeronaves civis. Certamente mais uma coincidência, mas, sem dúvida, mais uma vez, também, estranha.

Apesar dos desmentidos atabalhoados e das explicações pouco convincentes, a verdade é que tudo isto parece estar relacionado e tudo isto parece ter um único propósito que é a transferência das escalas técnicas do aeroporto de Santa Maria para outros aeroportos.

Para Santa Maria a perda das escalas técnicas, certamente, terá efeitos muito nefastos ao nível socio-económico, para as outras ilhas em questão (S.Miguel e Terceira), o aumento destes voos será tão só uma mais valia para uma ou duas empresas, sem qualquer repercussão ao nível económico.

Seria bom que numa altura em que tanto se fala em coesão e em desenvolvimento harmónico de todas as parcelas dos Açores, se tivesse isto em conta.

E no meio de tudo isto qual tem sido a postura do Governo Regional ?

Uma vezes diz que não sabia..., outras que não ouviu falar..., questiona a empresa em vez de questionar a tutela, acha tudo perfeitamente normal e limita-se a dizer, como se nada se estivesse a passar, que para o governo as escalas técnicas devem preferencialmente ser feitas em Santa Maria.

Até parece que estes assuntos não dizem respeito aos Açores e que os Açores não têm um governo autónomo.



Grupo Parlamentar

Ou será que o governo está com medo de ter mais algum “entendimento sobre desentendimentos”, com o Governo da Republica?

Não sei!

O que dá a sensação é que ou o governo sabia disto tudo e está calado porque está conivente com a situação, ou então, está com medo de afrontar o Governo da República e por isso remete-se a um silêncio tático.

Era exigível da parte do Governo Regional uma atitude mais firme perante o Governo da República, seria de esperar um outro tipo de discurso e um empenho mais visível na resolução de toda esta situação.

O governo deveria seguir o exemplo dos marienses que independentemente das questiúnculas partidárias, estão todos unidos à volta do mesmo objectivo, lutando em conjunto para que tudo se resolva pelo melhor.

Ainda no dia 16 de Fevereiro a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, uma moção que reivindica do Governo Regional as seguintes medidas:

- A definição por resolução de que todas as escalas técnicas dos Açores sejam realizadas no aeroporto de Santa Maria;

- Que interceda junto do Governo da República para que seja alterada a portaria 746/2005, de 29 de Agosto, a fim de revogar as taxas de prolongamento/antecipação, reabertura comercial e reabertura de emergência para os aeroportos das “Ilhas de Coesão” (Santa Maria e Flores), ou responsabilizar-se no âmbito das indemnizações compensatórias, por estas mesmas taxas;

- Criar um grupo de trabalho na dependência da Presidência do Governo, para estudo e resolução das questões relativas à gestão do Aeroporto de Santa Maria, bem como a definição de uma política aeroportuária para os Açores.

Estas reivindicações, além de justas, podem constituir um excelente instrumento de trabalho para a definição da política aérea nos Açores.

É preciso não esquecer que num cenário de privatização, os aeroportos explorados por esta empresa nos Açores, serão certamente afectados e que portanto seria de muita utilidade que começássemos desde já a acautelar os nossos interesses.

Principalmente no que concerne às áreas não afectas à exploração aeroportuária no aeroporto de Santa Maria, é sem dúvida da máxima importância começar desde já a desenvolver um trabalho que promova a transferência definitiva destes terrenos para a autarquia mariense.

Estas e outras preocupações têm de merecer da parte do Governo Regional a máxima atenção e o máximo empenho para que fiquem resolvidas e bem resolvidas.

Apraz aqui ainda registar que o próprio Grupo Parlamentar do P.S. ao apresentar um Projecto de Resolução que recomenda ao Governo Regional que diligencie junto do Governo da República para que a situação se resolva, está a reconhecer que é necessário um maior envolvimento e uma atitude mais firme por parte das autoridades regionais.



Grupo Parlamentar

Esperamos, sinceramente, que estas diligências ainda vão a tempo, porque dia um de Março é exactamente daqui a uma semana.

Apesar do pouco tempo que falta e do tempo que já se perdeu, o Governo ainda tem hipóteses, se assim quiser, de tentar que esta medida não entre em vigor, basta utilizar os canais certos (Governo da República) e ter um pouco mais de empenho daquele que até agora tem demonstrado.

Disse

Sérgio Ferreira